

2. Em julho/2023, o valor de R\$ 17.798,03 referente à Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração foi transferido para a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Fonte 56, UG 090029, NDD 31909294, SEI 0025317-31.2023.4.03.8000; conforme o processo, refere-se à folha suplementar de herdeiro indicando "Grupo: 3 - Pensionistas" no relatório da Folha de Pagamento;

3. Em agosto/2023, o valor de R\$ 10.709,98 referente à Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração foi transferido para a linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Fonte 56, UG 090017, NDD 31909294, SEI 0010874-72.2023.4.03.8001; conforme o processo, refere-se à folha suplementar de pagamento de exercícios findos indicando "Grupo: 3 - Pensionistas" no relatório da Folha de Pagamento e;

4. No item "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª Edição, versão 3, de 11/07/2023 (p.485), foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2023 que integram o período de apuração do RGF. Com relação aos meses do exercício de 2024, somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2024.

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

MARTA FERNANDES MARINHO CURIA
Diretora-Geral

(*) N. da Codou: Republicado por ter saído no DOU de 28/05/2024, Seção 1, pág. 195 com incorreção.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 241/2024 TRE-AL/PRE/GPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre do exercício 2024, na forma do Anexo a presente Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. KLEVER RÊGO LOUREIRO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO														
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MAIO/2023 A ABRIL/2024														
RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA												INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
	Últimos 12 Meses													
	LIQUIDADAS													
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	Total (últimos 12 meses) a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.402.124,90	8.433.860,67	8.312.460,17	8.339.393,12	8.348.944,03	8.404.998,95	12.958.568,00	10.068.508,09	12.013.359,48	8.973.011,13	9.258.331,01	8.902.258,40	112.415.817,95	1.177.104,09
Pessoal Ativo	7.397.031,60	7.428.767,37	7.307.366,87	7.334.896,71	7.344.447,62	7.400.502,54	11.425.612,66	9.069.980,74	10.499.235,82	7.961.845,10	8.233.845,30	7.884.724,35	99.288.256,68	1.177.104,09
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.310.834,91	6.342.827,71	6.217.044,60	6.244.401,35	6.249.435,54	6.306.963,81	9.278.364,56	7.938.658,02	9.393.443,44	6.795.461,10	7.064.849,96	6.720.564,43	84.862.849,43	1.125.336,35
Obrigações Patronais	1.086.196,69	1.085.939,66	1.090.322,27	1.090.495,36	1.095.012,08	1.093.538,73	2.147.248,10	1.131.322,72	1.105.792,38	1.166.384,00	1.168.995,34	1.164.159,92	14.425.407,25	51.767,74
Pessoal inativo e Pensionistas	1.005.093,30	1.005.093,30	1.005.093,30	1.004.496,41	1.004.496,41	1.004.496,41	1.532.955,34	998.527,35	1.514.123,66	1.011.166,03	1.024.485,71	1.017.534,05	13.127.561,27	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	844.303,44	844.303,44	844.303,44	843.706,55	843.706,55	843.706,55	1.290.408,77	837.737,49	1.266.945,83	862.317,78	862.317,78	862.025,96	11.045.783,58	-
Pensões	160.789,86	160.789,86	160.789,86	160.789,86	160.789,86	160.789,86	242.546,57	160.789,86	247.177,83	148.848,25	162.167,93	155.508,09	2.081.777,69	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art.18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com pessoal não executadas orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.014.758,28	1.007.293,13	1.012.080,84	1.009.996,28	1.005.564,44	1.004.905,77	1.476.406,69	296.539,37	1.518.223,18	1.011.166,03	1.033.076,22	1.017.534,05	12.407.544,28	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.664,98	2.199,83	6.987,54	5.499,87	1.068,03	409,36	-	550,07	4.099,52	-	8.590,51	-	39.069,71	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.005.093,30	1.005.093,30	1.005.093,30	1.004.496,41	1.004.496,41	1.004.496,41	1.476.406,69	295.989,30	1.514.123,66	1.011.166,03	1.024.485,71	1.017.534,05	12.368.474,57	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.387.366,62	7.426.567,54	7.300.379,33	7.329.396,84	7.343.379,59	7.400.093,18	11.482.161,31	9.771.968,72	10.495.136,30	7.961.845,10	8.225.254,79	7.884.724,35	100.008.273,67	1.177.104,09
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²												1.290.353.341.023,87	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)												101.185.377,76	0,007842%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) ³												214.637.374,75	0,016634%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) ³												203.905.506,01	0,015802%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)												193.173.637,28	0,014971%	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 21.05.2024 às 15:00 horas.

Notas:

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Valor referente à Portaria STN/MF nº 803 de 16.05.2024.

3 - Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

RUI CARLOS GALVÃO
Gestor Financeiro

GIANE DUARTE COELHO MOURA
Coordenadora de Auditoria Interna
De acordo.

JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA
Diretor-Geral
Em exercício

DES. KLEVER RÊGO LOUREIRO
Presidente do Tribunal

